

ARM — ÁGUAS E RESÍDUOS DA MADEIRA, S. A.

CONSULTA PRÉVIA

***“Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal –
Revisão de Projeto”***

(01.0835)

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

REFORMULAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO SISTEMA ADUTOR MACHICO FUNCHAL – REVISÃO DE PROJETO

(01.0835)

ÍNDICE

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a Objeto	3
Cláusula 2. ^a Preço Base	3
Cláusula 3. ^a Contrato	3
Cláusula 4. ^a Prazo	4
CAPÍTULO II. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I Obrigações do cocontratante	4
Cláusula 5. ^a Obrigações principais do cocontratante	4
Cláusula 6. ^a Fases da Prestação de serviços	5
Cláusula 7. ^a Forma da prestação de serviços	5
Cláusula 8. ^a Prazo de prestação de serviço	6
Cláusula 9. ^a Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	6
Cláusula 10. ^a Transferência da propriedade	7
Cláusula 11. ^a Conformidade e garantia técnica	7
Cláusula 12. ^a Objeto do dever de sigilo	7
Cláusula 13. ^a Prazo do dever de sigilo	8
Secção II Obrigações do Contraente Público	8
Cláusula 14. ^a Preço contratual	8
Cláusula 15. ^a Condições de pagamento	8
CAPÍTULO III. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	9
Cláusula 16. ^a Penalidades contratuais	9
Cláusula 17. ^a Força maior	9
CAPÍTULO IV. RESOLUÇÃO	10
Cláusula 18. ^a Resolução por parte do contraente público	10
Cláusula 19. ^a Resolução por parte do cocontratante	10
CAPÍTULO V. CAUÇÃO E SEGUROS	11
Cláusula 20. ^a Caução	11
Cláusula 21. ^a Execução da caução	11

Cláusula 22. ^a	Seguros	11
CAPÍTULO VI. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS		11
Cláusula 23. ^a	Foro competente	11
CAPÍTULO VII. OUTRAS DISPOSIÇÕES		12
Cláusula 24. ^a	Subcontratação e cessão da posição contratual	12
Cláusula 25. ^a	Gestor do contrato	12
Cláusula 26. ^a	Comunicações e notificações	12
Cláusula 27. ^a	Contagem dos prazos	12
Cláusula 28. ^a	Legislação aplicável	12
Cláusula 29. ^a	Proteção de dados	13
Cláusula 30. ^a	Consulta preliminar ao mercado	13
CAPÍTULO VIII. CLÁUSULAS TÉCNICAS		14
Secção III Âmbito do Contrato		14
Cláusula 31. ^a	Descrição do Projeto	14
Cláusula 32. ^a	Âmbito do Contrato	15
Cláusula 33. ^a	Revisão do Projeto de Execução	15
Secção IV Responsabilidades do Adjudicatário		17
Cláusula 34. ^a	Organização e meios do adjudicatário	17
Cláusula 35. ^a	Assistência Técnica	17
Cláusula 36. ^a	Elementos a fornecer pela entidade adjudicante	17
ANEXO I. MAPA DE QUANTIDADES		19
ANEXO II. PEÇAS DESENHADAS		20

CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a revisão do projeto de “Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal”, tendo como principais objetivos a atingir:
 - a) Evitar omissões do projeto;
 - b) Eliminar erros do projeto;
 - c) Evitar ou limitar os trabalhos a mais na obra;
 - d) Melhorar a qualidade geral do projeto;
 - e) Assegurar a funcionalidade da obra;
 - f) Assegurar a exequibilidade técnica das soluções propostas;
 - g) Assegurar a devida compatibilidade entre todos os elementos de solução da obra.
2. Assim sendo, inclui-se na presente prestação de serviços, uma análise crítica e respetiva emissão de pareceres, nas condições do caderno de encargos, das componentes referentes ao projeto de execução da “Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal”;
3. Em anexo encontra-se peças desenhadas do projeto de execução alvo de revisão.
4. O presente caderno de encargos compreende às cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do referido procedimento.

Cláusula 2.ª Preço Base

1. O preço base é o montante máximo que a ARM, S.A. se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto, sendo que no presente procedimento corresponde a **33.000,00 €** (trinta e três mil euros), cujo valor acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 3.ª Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª Prazo

5. O cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, **no prazo máximo de 15 dias**, a contar da data do contrato, sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias, nomeadamente as referentes à assistência técnica, que devam perdurar até à receção provisória da obra.

CAPÍTULO II. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I Obrigações do cocontratante

Cláusula 5.ª Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais, **as quais deverão ser sempre adequadas à aplicação a que se destinam**:
- a) Revisão, nas condições do caderno de encargos, do projeto de execução da “Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal”;
2. Durante o desenvolvimento dos trabalhos contratados, e independentemente das reuniões agendadas, deverá existir, um diálogo frequente entre a ARM, S.A. e o cocontratante, no

sentido da otimização e procura de soluções consensuais, tirando-se particular partido do envio via email de elementos que em determinado momento estejam em produção e sobre os quais seja necessária uma tomada de decisão urgente.

3. A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. Deverá ser designado pelo cocontratante, um técnico para a coordenação geral dos trabalhos de revisão do projeto de execução, em que o qual estabelecerá, formal ou informalmente, as indispensáveis ligações com o gestor de contrato designado pela ARM, S.A. para o efeito.
5. São ainda encargos, obrigações e responsabilidade do cocontratante:
 - a) Todas as despesas com o pessoal e com os materiais necessários à boa execução do trabalho, bem como com os seguros que venham a se tornar necessários;
 - b) Todas as despesas decorrentes da correção ou repetição dos trabalhos, nos casos em que justificadamente a ARM, S.A. o determine;
 - c) Os prejuízos causados a terceiros e a entidade adjudicante, designadamente devido a falhas, erros e omissões graves de projeto, durante a execução dos trabalhos, pelo cocontratante, pelo seu pessoal ou por entidades por si contratadas;

Cláusula 6.ª Fases da Prestação de serviços

1. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:
 - a) Reunião de arranque;
 - b) Elaboração de documentos de programação incluindo;
 - b.1. Programação detalhada dos trabalhos;
 - b.2. Indicação nominal da equipa técnica afeta a cada uma das atividades identificadas, incluindo as respetivas habilitações técnicas;
 - c) Elaboração do relatório de revisão do projeto de execução

Cláusula 7.ª Forma da prestação de serviços

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade quinzenal, reuniões de coordenação com os representantes da ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., das quais deve ser lavrada ata, redigida pelo prestador de serviços, e assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocatória escrita por parte do dono de obra, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3. Todas as deslocações e estadias, fruto das reuniões previstas, serão a expensas do adjudicatário, estando, portanto, os seus valores incorporados nos estudos.
4. O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A., com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as atividades objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
5. No final da execução do contrato, o prestador de serviços, deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
6. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 8.ª Prazo de prestação de serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente caderno de encargos, no prazo máximo de 15 dias, a contar da data de celebração do contrato, sendo vinculativos os seguintes prazos parcelares:
 - a) Entrega de documento de programação..... 5 dias;
 - b) Entrega do relatório de revisão de projeto de execução 15 dias;

Cláusula 9.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 15 dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a entidade adjudicante procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos estão em conformidade.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o cocontratante deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do contraente público a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve informar, por escrito, o cocontratante.
4. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo cocontratante, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
5. Caso a análise do contraente público a que se referem o n.º 1 e 2 comprovem a conformidade dos elementos entregues pelo cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos

técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pelo contraente público.

6. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 10.ª Transferência da propriedade

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o contraente público, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 11.ª Conformidade e garantia técnica

1. O cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à entidade adjudicante em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislações aplicáveis.

Cláusula 12.ª Objeto do dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 13.ª Prazo do dever de sigilo

1. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 20 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II Obrigações do Contraente Público

Cláusula 14.ª Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 15.ª Condições de pagamento

1. Ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 299.º do CCP o prazo de pagamento é de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a **entrega e aprovação** pelo contraente público dos elementos a desenvolver pelo cocontratante ao abrigo do contrato.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. O cocontratante não poderá ceder quaisquer direitos ou obrigações emergentes do presente contrato, incluindo a cessão de créditos, sem a prévia autorização escrita, por qualquer meio registado, do contraente público.
5. Em caso de violação do disposto no número anterior, incluindo a realização de uma cessão de créditos com a expressa oposição do contraente público, o cocontratante será

responsável por todos os custos acrescidos que o cumprimento da obrigação perante o cessionário acarretar para o contraente público.

CAPÍTULO III. PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 16.ª Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária pelo incumprimento das datas e prazos de entrega do contrato no valor 3‰ sobre o montante de trabalho a realizar, por cada dia de atraso.
2. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

Cláusula 17.ª Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CAPÍTULO IV. RESOLUÇÃO

Cláusula 18.^a Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente, no caso de atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes do contrato superior a três meses ou declaração escrita do cocontratante de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante.

Cláusula 19.^a Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando:
 - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses;
 - b) O montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO V. CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 20.ª Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 21.ª Execução da caução

Não aplicável.

Cláusula 22.ª Seguros

1. É da responsabilidade do cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Responsabilidade civil;
 - b) Responsabilidade sobre erros e omissões de projeto no valor triplo ao valor da proposta de honorários ao abrigo do respetivo contrato.
2. A contraente pública pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o cocontratante fornecê-la no prazo 15 dias.

CAPÍTULO VI. RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 23.ª Foro competente

1. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal da Comarca da Madeira com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VII. OUTRAS DISPOSIÇÕES

Cláusula 24.^a Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação ou cessão da posição contratual pelo cocontratante depende da autorização do contraente público, nos termos do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 25.^a Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela ARM, S.A.
2. As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP e no artigo 8.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua atual redação.

Cláusula 26.^a Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
1. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27.^a Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28.^a Legislação aplicável

1. O cocontratante obriga-se, igualmente, a respeitar em tudo o que seja aplicável à prestação de serviços a realizar e que não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes, ou de entidades detentoras de patentes.
2. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

3. Caso a contraente pública venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 29.ª Proteção de dados

1. O cocontratante obriga-se a cumprir com o enquadramento jurídico geral da Lei de Proteção de Dados existente em Portugal e o quadro jurídico especial do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), em vigor a partir de 25 de maio de 2018, aceitando expressamente regular esta questão conforme estabelecido no Anexo «Conformidade com o RGPD - Regulamento Geral de Proteção de Dados» a este procedimento concursal e que dele faz parte integrante.

Cláusula 30.ª Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste caderno de encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base fixado no presente caderno de encargos, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

CAPÍTULO VIII. CLÁUSULAS TÉCNICAS

Secção III Âmbito do Contrato

Cláusula 31.^a Descrição do Projeto

1. Os projetos de execução alvo de revisão tem por objeto principal a empreitada de “Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal”, tendo em vista a realização de um conjunto de obras de reformulação, remodelação e ampliação do Sistema Adutor Machico Funchal (A07 SAMF), incluindo:

a) Execução de Sistema elevatório, a partir do Reservatório da Cancela (A07M01) para adução ao Reservatório do Parque Empresarial da Cancela (D07M19);

a.1. Caudal 15 l/s

a.2. Altura manométrica.....55 m.c.a.

a.3. Conduta Elevatória

– Extensão L≈600 m

– Material FFD

b) Reformulação da adução, sistemas de cloragem e/ou monitorização de instalações do Sistema (A07 SAMF), designadamente:

b.1. Reservatório do Caniço de Baixo (D07M08);

b.2. Reservatório das Levadas-Santa Cruz (A07M03);

b.3. Reservatório da EE do Livramento (A07I02)

b.4. Estação de cloragem do Furo de Santa Luzia (A05G01)

b.5. Instalação de instrumentação e medidores de caudal nos furos do Porto Novo (A09I01).

c) Reformulação das instalações elétricas, comando e telegestão incluindo caminhos de cabos, quadros e demais equipamentos das seguintes instalações:

c.1. Estação Elevatória de Santa Luzia (A05I01); 195 kW

c.2. Reservatório da Cancela (incluindo A07M01, A07I01, A07G02); 400 kW

c.3. Caixa Palheiro Ferreiro (A07L29);

c.4. ETA da Zona Leste (incluindo Estação elevatória (A07I03) e ETA da Zona Leste (A07G01)); 320 kW

c.5. Caixa da derivação do Caniço de Baixo/Cervejaria Alemã (A07L47); 6.9 kW

- c.6. Caixa de Derivação do Reservatório do Caniço de Baixo (A07L54). 10.35 kW
 - c.7. EE do Túnel do Norte;
 - c.8. Reservatório das Fontes Vermelhas;
2. As obras a conceber, em fase de projeto de execução, localizam-se nos Concelhos do Funchal, Santa Cruz e Machico, Região Autónoma da Madeira.

Cláusula 32.ª Âmbito do Contrato

1. Considerando que se estima que a presente obra ostente um preço base superior a classe 2 de alvará na Região Autónoma da Madeira (560.000,00€), e dadas as suas características e as respetivas obrigações decorrentes do n.º 2 do artigo 43.º do código dos contratos públicos na sua redação atual, é entendimento da ARM, S.A. promover a revisão do projeto de execução.
2. Tendo por base, as preocupações explícitas na legislação em vigor, pretende-se proceder a uma análise crítica das peças do projeto, mais suscetíveis de introduzir erros e omissões e/ou indefinições na obra, proceder à emissão dos respetivos pareceres e verificar as peças do projeto, de forma a certificar-se da sua compatibilidade entre si e com os restantes elementos do projeto, bem como o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, atingindo os objetivos propostos na cláusula 1.ª do presente caderno de encargos.

Cláusula 33.ª Revisão do Projeto de Execução

3. Assim, no que respeita à componente Revisão do Projeto de Execução pretende-se essencialmente:
 - a) Verificação da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, concretamente e entre outros a:
 - a.1. Lei nº 52/2021 de 10 de agosto altera por apreciação parlamentar o Decreto-Lei nº102 – D/2020 de 10 de dezembro que aprova o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR), o regime jurídico de deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos transpondo as Diretivas (EU) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852;
 - a.2. Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais – Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de agosto;
 - a.3. Eurocódigo 0 – Bases para o Projeto de Estruturas – NP EN 1990;
 - a.4. Eurocódigo 2 – Projeto de estruturas de betão – NP EN 1992;
 - a.5. Eurocódigo 3 – Projeto de Estruturas Metálicas – NP EN 1993;
 - a.6. Eurocódigo 7 – Projeto de Estruturas Geotécnicas – NP EN 1997;

- a.7. Código dos Contratos Públicos na sua redação atual em geral;
 - a.8. Em particular do artigo 43.º do CCP, quanto à constituição do caderno de encargos do procedimento de formação de contrato de empreitada;
 - a.9. De normas e regulamentos quanto a materiais de construção a aplicar;
 - b) Análise quanto a compatibilização entre peças escritas e desenhadas e nomeadamente, a sua interligação com o que se refere no articulado das medições e da lista de preços;
 - c) Verificação dos desenhos, nomeadamente, se estão instruídos de todos os elementos necessários à perfeita e inequívoca especificação das obras a executar;
 - d) Verificação das medições e lista de preços de acordo com os preços praticados na RAM;
 - e) Análise quanto a compatibilização entre o constante no caderno de encargos e as medições e lista de preços;
 - f) Análise detalhada das especificações técnicas e métodos construtivos especiais propostos, incluindo a verificação no que se refere à atualização das normas referidas e à descrição detalhada dos trabalhos a execução e o seu controlo de qualidade;
 - g) Análise detalhada ao Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) e do Plano de segurança e Saúde (PSS), quanto ao conteúdo e a sua adequação ao projeto;
 - h) Verificação de eventuais problemas no desenvolvimento e realização das obras, com as consequentes incidências em termos de custos e/ou prazos;
 - i) Avaliar a suficiência de pormenorização das peças desenhadas;
 - j) Confirmar a localização e implantação da obra;
 - k) Avaliar a exequibilidade do projeto face às condicionantes e ao faseamento construtivo;
 - l) Detetar eventuais erros nas peças desenhadas;
 - m) Conferir, na Memória descritiva, se estão definidos todos os materiais a utilizar na obra e todos os condicionamentos;
 - n) Detetar eventuais erros nas peças escritas;
4. Após respetiva análise, será apresentado o **Relatório Final de Revisão de Projeto** que deverá resumir as análises e verificações de projeto apresentado:
- a) Sumário Executivo;
 - b) Enquadramento de análise;
 - c) Pareceres de revisão por especialidades e componentes do Projeto;
 - d) Mapa demonstrativo das medições e lista de preços;
 - e) Parecer ao Caderno de Encargos e Especificações Técnicas;

- f) Eventuais propostas das necessárias medidas corretivas ao desenvolvimento dos projetos (caso aplicável);
- g) Conclusões;
- h) Certificados de Revisão;

Secção IV Responsabilidades do Adjudicatário

Cláusula 34.ª Organização e meios do adjudicatário

1. Compete ao adjudicatário o apetrechamento e obtenção dos meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver no âmbito da elaboração dos estudos a contratar.
2. A mobilização e seleção dos meios humanos necessários para a execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário são da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
3. Atendendo às soluções, a equipa de projeto deverá ser constituída no **mínimo**, pelos técnicos (cumulativamente ou não) e nos regimes de afetação a determinar pelo adjudicatário:
 - a) 1 Engenheiro Civil Sénior, Diretor de Projeto que será o interlocutor privilegiado com a ARM, S.A., com qualificação devidamente outorgada pela Ordem dos Engenheiros;
 - b) 1 Engenheiro Civil no ramo da Hidráulica, com qualificação devidamente outorgada pela Ordem dos Engenheiros;
 - c) 1 Engenheiro Eletrotécnico, com qualificação devidamente outorgada pela Ordem dos Engenheiros.

Cláusula 35.ª Assistência Técnica

1. O adjudicatário assegurará ainda a assistência técnica em reuniões técnicas com outras entidades estimando-se no máximo e para os efeitos previstos no presente artigo duas deslocações.

Cláusula 36.ª Elementos a fornecer pela entidade adjudicante

1. A ARM fornecerá ao adjudicatário todos os elementos relevantes em sua posse para a elaboração dos estudos constantes do presente caderno de encargos, de cada um dos projetos, nomeadamente os seguintes volumes:
 - a) CADERNO DE ENCARGOS
 - a.1. Cláusulas Gerais;

-
- a.2.* Anexo II – Mapa de quantidades;
 - a.3.* Especificações Técnicas – Construção Civil;
 - a.4.* Especificações Técnicas – Materiais de Construção Civil;
 - a.5.* Especificações Técnicas – Equipamento Eletromecânico;
 - a.6.* Especificações Técnicas – Instalações Elétricas;
 - b)* PROJETO DE EXECUÇÃO
 - b.1.* Memória descritiva e Justificativa;
 - b.2.* Plano de Segurança e Saúde;
 - b.3.* Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de construção e demolição;
 - b.4.* Peças desenhadas;

ANEXO I.MAPA DE QUANTIDADES

Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal –
Revisão de Projeto **(01.0835)**

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

ITEM	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QT
1	Elaboração de documento de programação nas condições do Caderno de Encargos	Un	1.00
2	Revisão do Projeto de Execução – “Reformulação das Instalações do Sistema Adutor Machico Funchal”		
2.1	Revisão de Projeto de Execução nas Condições do Caderno de Encargos.	Un	1.00
2.2	Elaboração de Relatório Final de Revisão de Projeto de Execução nas condições do Caderno de Encargos.	Un	1.00

ANEXO II. PEÇAS DESENHADAS

ÍNDICE DAS PEÇAS	Nº Documento
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS - INTERVENÇÕES PROPOSTAS	01-01.0302-PE-TOP
DIAGRAMA ALTIMÉTRICO - SISTEMA ADUTOR MACHICO-FUNCHAL (A07) - SAMF	02-01.0302-PE-DIA
RESERVATÓRIO DE CANCELA (A07M01)	03-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	03-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES - RESERVATÓRIO I E II	03-01.0302-PE-HDR
BETÃO ARMADO E ARMADURAS - PLANTAS, CORTES E PORMENORES - RESERVATÓRIO I E II	03-01.0302-PE-EST
ESQUEMAS TIPO	03.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EE EXISTENTE E RESERVATÓRIO I	03.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES - EE EXISTENTE E RESERVATÓRIO I	03.3-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS - EE NOVA E RESERVATÓRIO II	03.4-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES - EE NOVA E RESERVATÓRIO II	03.5-01.0302-PE-ELE
RESERVATÓRIO DO PARQUE EMPRESARIAL DE CANCELA (D07M19)	04-01.0302-PE
PLANTAS E CORTES	04-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	04.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	04.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES	04.3-01.0302-PE-ELE
CONDUTA ELEVATÓRIA RESERVATÓRIO DE CANCELA (A07M01)-RESERVATÓRIO DO P.E. DE CANCELA (D07M19)	05-01.0302-PE
PLANTA E PERFIL LONGITUDINAL	05-01.0302-PE-HDR
RESERVATÓRIO DO CANIÇO DE BAIXO (D07M08)	06-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	06-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES	06-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	06.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	06.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES	06.3-01.0302-PE-ELE
RESERVATÓRIO DAS LEVADAS-SANTA CRUZ (A07M03)	07-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	07-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES	07-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	07.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	07.2-01.0302-PE-ELE
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO LIVRAMENTO (A07I02)	08-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	08-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES	08-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	08.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	08.2-01.0302-PE-ELE
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DOS FUROS DO PORTO NOVO (A09I01)	09-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	09-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES	09-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	09.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	09.2-01.0302-PE-ELE
ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (A07I03) E ETA DA ZONA LESTE (A07G01)	10-01.0302-PE
DIAGRAMA LINEAR	10-01.0302-PE-DIA
PLANTAS E CORTES	10-01.0302-PE-HDR
ESQUEMAS TIPO	10.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	10.2-01.0302-PE-ELE

ÍNDICE DAS PEÇAS	Nº Documento
ESQUEMAS UNIFILARES	10.3-01.0302-PE-ELE
<i>CAIXA DE DERIVAÇÃO DO CANIÇO DE BAIXO/CERVEJARIA ALEMÃ (A07L47)</i>	<i>11-01.0302-PE</i>
ESQUEMAS TIPO	11.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	11.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES	11.3-01.0302-PE-ELE
<i>ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE SANTA LUZIA (A05I01)</i>	<i>12-01.0302-PE</i>
ESQUEMAS TIPO	12.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	12.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES	12.3-01.0302-PE-ELE
<i>CAIXA DO PALHEIRO-FERREIRO (A07L29)</i>	<i>13-01.0302-PE</i>
ESQUEMAS TIPO	13.1-01.0302-PE-ELE
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	13.2-01.0302-PE-ELE
ESQUEMAS UNIFILARES	13.3-01.0302-PE-ELE
DESENHO TIPO - VALAS	14-01.0302-PE-HDR
DESENHO TIPO - CAIXA DE DESCARGA LIVRE	15-01.0302-PE-HDR
DESENHO TIPO - CAIXA DE FIBRA ÓTICA	16-01.0302-PE-HDR
DESENHO TIPO - QUADRO TÉCNICO	17-01.0302-PE-HDR

ANEXO III.

CONFORMIDADE COM O RGPD - REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Introdução.

Definições no quadro do RGPD e da LPDP

1. NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Toda e qualquer norma jurídica aplicável no âmbito da proteção de dados pessoais e da segurança da informação pessoal, seja de carácter internacional ou comunitário, seja de carácter nacional, tal como, designadamente, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a Lei de Proteção de Dados Pessoais e outra Legislação Complementar vigente no ordenamento jurídico.

2. RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

«Responsável pelo tratamento», a pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, a agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais.

3. SUBCONTRATANTE

«Subcontratante», uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes.

Cláusula 1ª

(Conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

1. Cada uma das Partes deve atuar em conformidade com todas as normas vigentes no ordenamento jurídico nacional em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, normas essas designadas doravante por NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, cumprindo com as respetivas obrigações.

2. A NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS abrange todo e qualquer tipo de norma vigente e aplicável no ordenamento jurídico nacional bem como toda e qualquer interpretação ou decisão de uma entidade administrativa ou jurisdicional nas referidas matérias e toda e qualquer recomendação, código de conduta ou mecanismo de certificação vigente e aplicável emitido por uma autoridade de supervisão.

Cláusula 2ª

(Responsável pelo tratamento e subcontratante)

No âmbito do Contrato celebrado entre a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. e o Cocontratante, ambas as partes acordam que, em matérias de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, a ARM - Águas e Resíduos da Madeira, S.A. será a entidade responsável pelo tratamento e o Cocontratante será o SUBCONTRATANTE, de acordo com as definições e os termos gerais constantes da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 3ª

(Medidas técnicas e organizativas)

O SUBCONTRATANTE deve implementar e executar as medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, assegurando a defesa dos direitos do titular dos dados e assumindo os custos pela implementação dessas medidas, como partes integrantes dos serviços objeto do Contrato.

Cláusula 4ª

(Sub-subcontratação)

1. O SUBCONTRATANTE não está autorizado a contratar outro subcontratante sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral.
2. Existindo uma autorização geral por escrito, o SUBCONTRATANTE deve informar a responsável pelo tratamento de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à responsável pelo tratamento a oportunidade de se opor a tais alterações.
3. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas neste Anexo Único, devendo obter garantias por parte deste de que cumprirá as obrigações da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

4. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da responsável pelo tratamento, e se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.

5. Se o SUBCONTRATANTE contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta do responsável pelo tratamento, o contrato deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.

Cláusula 5ª

(Termos de vinculação)

O tratamento de dados pessoais no âmbito das relações de subcontratação entre as partes é regulado por este Anexo Único.

Cláusula 6ª

(Circulação e transferência de dados pessoais)

O SUBCONTRATANTE não está autorizado, sem que a responsável pelo tratamento tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, neste caso, cumpridas que sejam as respetivas instruções, a proceder à transferência de dados pessoais para entidades terceiras, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

Cláusula 7ª

(Compromisso de confidencialidade)

O SUBCONTRATANTE deve assegurar que os colaboradores, trabalhadores ou pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.

Cláusula 8ª

(Medidas de segurança)

1. O SUBCONTRATANTE deve adotar todas as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
2. Entre outras, o SUBCONTRATANTE deve aplicar as seguintes medidas, consoante o que for adequado:
 - a) medidas de pseudonimização e de cifragem dos dados pessoais;
 - b) medidas para assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - c) medidas para restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
 - d) processos para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
3. O SUBCONTRATANTE deve proceder à avaliação da adequação do nível de segurança, devendo ter em conta, designadamente, os riscos apresentados pelo tratamento de dados que esteja a realizar.
4. O SUBCONTRATANTE deve proceder à implementação de todas as medidas necessárias para prevenir a destruição, perda e alteração acidentais ou ilícitas, a divulgação ou ao acesso não autorizados, de dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento no âmbito deste contrato.

Cláusula 9ª

(Conformidade dos colaboradores ou trabalhadores)

1. O SUBCONTRATANTE é responsável por garantir a conformidade da atividade de todos os seus colaboradores ou trabalhadores com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. O SUBCONTRATANTE deve garantir a implementação das medidas de segurança necessárias à respetiva conformidade, estando obrigado a celebrar acordos de confidencialidade enquadrados em contratos escritos com esses colaboradores ou trabalhadores.

3. Sempre que seja necessário para a realização de operações de tratamento de dados pessoais inerentes ao Contrato, o SUBCONTRATANTE garante o consentimento, nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, de todos os seus colaboradores ou trabalhadores.

4. O SUBCONTRATANTE deve adotar as medidas consideradas adequadas para garantir a fiabilidade do tratamento dos dados pessoais pelos seus colaboradores e trabalhadores, sendo responsável em proceder à formação adequada destes para garantia da atividade em conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 10ª

(Assistência à responsável pelo tratamento)

1. Assistência na resposta ao exercício dos direitos dos titulares:

Tendo em conta a natureza do tratamento, o SUBCONTRATANTE presta assistência à responsável pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que esta cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais previstos na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, registando e notificando à responsável pelo tratamento, no prazo de dois dias úteis, quer todos os pedidos dos titulares dos dados pessoais, quer as reclamações ou quaisquer outros pedidos relacionados com as obrigações das partes em matéria de conformidade com a NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

2. Assistência nas notificações ou comunicações de violação de incidentes de dados pessoais:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de notificações ou comunicações de violação de dados pessoais.

3. Assistência na realização de avaliações de impacto:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais.

4. Assistência na realização de consultas prévias:

Tendo em conta a natureza do tratamento e a informação que tem ao seu dispor, o SUBCONTRATANTE deve prestar assistência à responsável pelo tratamento no sentido de esta assegurar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de consultas prévias às autoridades de supervisão.

Cláusula 11ª

(Conservação dos dados)

1. O SUBCONTRATANTE deve cumprir com os prazos exigidos pela NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS para conservação dos dados pessoais, devendo seguir as instruções gerais ou especiais da responsável pelo tratamento nessa matéria.
2. Consoante a escolha da responsável pelo tratamento, o SUBCONTRATANTE deve apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionados com o tratamento, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 12ª

(Dever de prestar informações)

1. O SUBCONTRATANTE deve disponibilizar à responsável pelo tratamento todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS em matéria de proteção de dados pessoais e de segurança da informação.
2. Em especial, o SUBCONTRATANTE deve informar imediatamente a responsável pelo tratamento se, no seu entender, alguma instrução violar o Contrato ou este Anexo Único ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

Cláusula 13ª

(Auditorias e inspeções)

O SUBCONTRATANTE deve permitir ou facilitar todas as auditorias ou inspeções, conduzidas pela responsável pelo tratamento ou por outro auditor por esta mandatado, que sejam consideradas necessárias no âmbito do Contrato, assumindo a responsabilidade pelo pagamento dos custos acrescidos associados a essas auditorias ou inspeções sempre que sejam detetadas desconformidades da sua exclusiva responsabilidade.

Cláusula 14ª

(Tratamento sob a autoridade da responsável pelo tratamento)

O SUBCONTRATANTE ou qualquer pessoa que, agindo sob a sua autoridade, tenha acesso a dados pessoais, não procede ao tratamento desses dados exceto por instrução da responsável pelo tratamento, salvo se a tal for obrigado por força do direito da União ou dos Estados-Membros.

Cláusula 15ª

(Registos das atividades de tratamento)

1. O SUBCONTRATANTE e, sendo caso disso, os seus representantes ou subcontratantes, deve conservar um registo de todas as categorias de atividades de tratamento realizadas em nome e por conta da responsável pelo tratamento.
2. Deste registo deverá constar:
 - a) O nome e contactos do SUBCONTRATANTE ou subcontratantes, bem como, sendo caso disso do representante da responsável pelo tratamento ou do subcontratante e do encarregado da proteção de dados;
 - b) As categorias de tratamentos de dados pessoais efetuados em nome de cada responsável pelo tratamento;
 - c) Se for aplicável, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, no caso das transferências referidas no artigo 49.º, n.º 1, segundo parágrafo, do RGPD, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;

d) Se possível, uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas no domínio da segurança referidas no artigo 32.º, n.º 1, do RGPD.

3. O registo é efetuado por escrito, incluindo em formato eletrónico.

4. O SUBCONTRATANTE e, caso existam, os seus subcontratantes, devem disponibilizar, a pedido, o registo à responsável pelo tratamento bem com à autoridade de controlo nos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 16ª

(Dever de cooperação)

O SUBCONTRATANTE deve cooperar com a responsável pelo tratamento sempre que haja necessidade de proceder a respostas aos pedidos da autoridade de controlo, no âmbito da prossecução das suas atribuições.

Cláusula 17ª

(Dever de notificação de uma violação de dados pessoais)

1. O SUBCONTRATANTE deve implementar um sistema de gestão de incidentes em matéria de dados pessoais e de segurança da informação.

2. Em caso de violação de dados pessoais, o SUBCONTRATANTE deve notificar desse facto a responsável pelo tratamento, sem demora injustificada e, sempre que possível, até 12 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação dos dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares.

3. Se a notificação não for transmitida no prazo de 12 horas, deve ser acompanhada dos motivos do atraso.

4. A notificação referida deve, pelo menos:

a) Descrever a natureza da violação dos dados pessoais incluindo, se possível, as categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados, bem como as categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;

b) Comunicar o nome e os contactos do encarregado da proteção de dados ou de outro ponto de contacto onde possam ser obtidas mais informações;

- c) Descrever as consequências prováveis da violação de dados pessoais;
- d) Descrever as medidas adotadas ou propostas pelo SUBCONTRATANTE para reparar a violação de dados pessoais, inclusive, se for caso disso, medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos;
5. Caso, e na medida em que não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases, sem demora injustificada.
6. O SUBCONTRATANTE deve documentar quaisquer violações de dados pessoais, compreendendo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos e a medida de reparação adotada, disponibilizando essa documentação à responsável pelo tratamento.

Cláusula 18ª

(Responsabilidade e indemnizações)

O SUBCONTRATANTE deve indemnizar a responsável pelo tratamento por quaisquer danos causados resultantes de dados pessoais, pela sua atuação ou pela atuação de um qualquer seu subcontratado, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos deste contrato, quer esses danos sejam decorrentes da violação dos termos da NORMA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.

Cláusula 19ª

(Gabinete de Proteção de Dados)

Para o exercício de qualquer tipo de direitos de proteção de dados e de privacidade ou para qualquer assunto referente aos temas da proteção de dados, privacidade e segurança da informação, o SUBCONTRATANTE pode entrar em contacto com o Gabinete de Proteção de Dados através do correio eletrónico [protecaodedados@arm.pt], descrevendo o assunto do pedido e indicando um endereço de correio eletrónico, um endereço de contacto telefónico ou um endereço de correspondência para resposta.

O Gabinete de Proteção de Dados do SUBCONTRATANTE pode ser contactado através do correio eletrónico a disponibilizar à ARM – Águas e Resíduos da Madeira, S.A.

Para além destas condições gerais, são aplicáveis todas as medidas que estão previstas no Contrato ou em outros instrumentos contratuais celebrados entre as partes para efeitos de tratamento de dados pessoais.